

A "EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA ATIVA" COMO ESTRATÉGIA CONTEMPORÂNEA DO PROGRAMA NEOLIBERAL DA TERCEIRA VIA

"EDUCATION FOR ACTIVE CITIZENSHIP" AS A CONTEMPORARY STRATEGY FOR THE NEOLIBERAL PROGRAM OF THE THIRD ROUTE

Elma Júlia Gonçalves de Carvalho¹
Jeferson Diogo de Andrade Garcia²

Resumo: O objetivo central deste artigo é analisar os fundamentos e a função social da proposta de "educação para a cidadania ativa" no campo educacional, enquanto uma proposta vinculada à perspectiva política da Terceira Via. A discussão é encaminhada com base em três conceitos centrais: novo Estado democrático, sociedade civil ativa e cidadania ativa. Os resultados mostram que a proposta de educação para a cidadania ativa faz parte das estratégias de disseminação de valores éticos e morais que favoreçam a construção de um novo consenso sobre os padrões de comportamento adequados à nova forma de sociabilidade necessária à reprodução capitalista, pautada na ampliação da participação social e na maior responsabilização dos indivíduos pela solução dos problemas sociais.

Palavras-chave: Educação. Cidadania ativa. Terceira Via

Abstract: The main goal of this article is to analyze the foundations and social function of the proposal of "education for active citizenship" in the educational field, as a proposal linked to the political perspective of the third route. The discussion is guided by three central concepts: a new democratic state, active civil society and active citizenship. The results show that the proposal of education for active citizenship is part of the strategies of dissemination of ethical and moral values that favor the construction of a new consensus on the behavior patterns appropriate to the new form of sociability necessary for capitalist reproduction, based on the expansion of social participation and greater accountability of individuals for the solution of social problems.

Keywords: Education. Active citizenship. Third Route

¹ Professora da Área de Políticas Públicas e Gestão da Educação do Departamento de Teoria e Prática da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: elmajulia@hotmail.com

² Professor na rede Municipal de Educação de Maringá e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: jefersondiogogarcia@gmail.com

INTRODUÇÃO

A educação para a cidadania não é uma perspectiva nova, pois remonta, pelo menos, ao final do século XIX. Assim, é interessante refletir sobre o fato de que, desde a segunda metade da década de 1990, tem sido revigorada nos encaminhamentos das políticas educacionais que se pretendem inovadoras e democráticas.

Observamos que “a reforma educacional brasileira encaminhada a partir dos anos 1990 se auto referenciou com o slogan ‘educação para a cidadania’” (FALLEIROS, 2005, p.209). Mais do que isso, de acordo com as novas exigências sociais, políticas e econômicas do capitalismo, colocou sobre a escola “a tarefa de ensinar as futuras gerações a exercer uma cidadania de ‘qualidade nova’” (FALLEIROS, 2005, p.211), que passou a ser denominada de *cidadania ativa*.

Nos documentos orientadores formulados por organismos internacionais, particularmente pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e pelo Banco Mundial (BM), a formação para a cidadania tem sido enfatizada como uma proposta renovada que possui aspectos singulares e tem uma função social específica no atual contexto.

No presente artigo, tendo em vista essa ênfase, pretendemos abordar os fundamentos da proposta e a função social atribuída à formação para a cidadania ativa pelas políticas educacionais a partir da década de 1990, bem como suas finalidades. Em um primeiro momento, considerando que as orientações das organizações internacionais influenciaram a política educacional brasileira, redefinindo as práticas educativas no que diz respeito à difusão dos conteúdos, habilidades e valores ligados à formação de um “novo padrão de sociabilidade” (FALLEIROS, 2005; NEVES, 2013), analisaremos os documentos internacionais e nacionais, buscando identificar tais orientações e também as finalidades atribuídas à atual política educacional. Em seguida, buscamos compreender a necessidade histórica da proposta, relacionando-a à perspectiva política da Terceira Via. Por fim, teceremos algumas considerações sobre os desdobramentos sociais da proposta de educação para a cidadania ativa.

A PROPOSTA DE FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA ATIVA NOS DOCUMENTOS DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

A cidadania implica “saber-se membro de uma comunidade mais ampla e de que os indivíduos devem portar-se como cidadãos em todas as suas atividades, quer sejam políticas, econômicas, sociais, culturais, públicas ou particulares” (TONET, 2013, p.140). Por conseguinte, formar para a cidadania abarca formar uma determinada moral, inculcar no sujeito certas normas de convivência humana adequadas à relação social capitalista em seus diferentes estágios, forjar determinados traços de caráter e criar certos hábitos sociais.

A formação para a *cidadania ativa* vem ganhando expressividade no cenário educacional contemporâneo, implicando a formação de valores e o desenvolvimento de atitudes fundamentais necessários às novas exigências sociais (GARCIA, 2015).

Um dos principais documentos norteadores da reforma educacional a partir dos anos de 1990 é o Relatório Jacques Delors, intitulado *Educação: um tesouro a descobrir*, Relatório para a UNESCO da comissão internacional sobre Educação para o século XXI, publicado em 1996.

No que se refere ao enfrentamento dos desafios do final do século XX, o Relatório os relaciona ao quadro da sociedade atual, descrito como um mundo globalizado, marcado, de um lado, pelos avanços expressivos dos recursos tecnológicos e da comunicação universal e, de outro, pela fome, pelos conflitos e pela violência. Caracterizando esse cenário pela “crise das relações sociais” (DELORS, 2006, p.52), atribui-se à educação um relevante papel no enfrentamento dos problemas globais. “A sua maior ambição passa a ser dar a todos os meios necessários a uma cidadania consciente e ativa, que só pode realizar-se, plenamente, num contexto de sociedades democráticas” (DELORS, 2006, p.52).

No Relatório Delors, advoga-se uma concepção de educação em que a escola deve se responsabilizar, mas não de forma exclusiva, pela tarefa de preparar o cidadão para uma participação social consciente, responsável e ativa. Essa educação, que deve ocorrer *ao longo de toda a vida*, é entendida como “[...] uma construção continua da pessoa humana, do seu saber e das suas aptidões, mas também da sua capacidade de

discernir e agir” (DELORS, 2006, p.106). Assim, as pessoas poderiam ser capazes de resolver os problemas individuais e coletivos de forma autônoma. Nos termos do documento:

Mas a educação ao longo de toda a vida, no sentido em que a entende a Comissão, vai mais longe ainda. Deve fazer com que cada indivíduo saiba conduzir o seu destino, num mundo onde a rapidez das mudanças se conjuga com o fenómeno da globalização para modificar a relação que homens e mulheres mantêm com o espaço e o tempo. As alterações que afetam a natureza do emprego, ainda circunscritas a uma parte do mundo, vão, com certeza, generalizar-se e levar a uma reorganização dos ritmos de vida. A educação ao longo de toda a vida torna-se assim, para nós, o meio de chegar a um equilíbrio mais perfeito entre trabalho e aprendizagem bem como ao *exercício de uma cidadania ativa* (DELORS, 2006, p.105, grifo nosso).

A proposta de educação para a cidadania ativa já havia sido apresentada na *Declaração de Genebra*, intitulada *Declaração e Plano de Ação Integrado sobre a Educação para a Paz, os Direitos Humanos e a Democracia*, aprovada pela Conferência Geral da UNESCO em sua 28ª sessão em Paris, em 1994. Os vários ministros da educação, reunidos na 44ª sessão da Conferência Internacional sobre Educação, adotaram essa declaração na expectativa de que os Estados-membros e a UNESCO integrassem, no âmbito de uma política coerente, a educação para a paz, para os direitos humanos e para a democracia, na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Nesse documento não foi empregada a expressão cidadania ativa, mas nele são indicados os valores, as aptidões e as competências próprios dessa formação, tais como: consciência de responsabilidade pessoal, autonomia, capacidade de lidar com situações difíceis e incertas, solidariedade e compromisso cívico para, em associação com os demais, solucionar problemas da comunidade (UNESCO, 1995).

Conforme o documento, as políticas educacionais têm contribuído para o

desenvolvimento do entendimento, da solidariedade e da tolerância entre indivíduos e entre grupos étnicos, sociais, culturais e religiosos e nações soberanas. Afirma-se que, além disso, a educação deve promover conhecimentos, valores, atitudes e aptidões favoráveis ao respeito aos direitos humanos e a um comprometimento ativo com a defesa desses direitos e com a construção da democracia e da cultura de paz, favorecendo o desenvolvimento da capacidade de resolver conflitos por meios não violentos.

Em outro relatório, intitulado *Nossa diversidade criadora*, elaborado pela Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento, sob supervisão de Javier Pérez Cuéllar, publicado pela UNESCO em 1995, aponta-se: “A busca mundial de soluções para seus problemas pode ganhar muito com as contribuições diretas dos indivíduos. O envolvimento direto deles poderá abrir novas perspectivas e melhorar a qualidade e eficácia dos resultados desejados” (CUÉLLAR, 1997, p.50). Sugere-se ainda que a habilidade para resolver problemas seja inserida também nas relações produtivas, pois “[...] uma força de trabalho ativa, competente, educada, bem nutrida, saudável e motivada constitui o recurso mais produtivo de uma sociedade” (CUÉLLAR, 1997, p.33).

Considerando que um dos problemas que exigem criatividade é a incerteza que permeia o mundo atual, os autores do documento dedicam um capítulo específico a esse aspecto, intitulado “Criatividade, Capacitação e Autonomia”, no qual se destacam os atributos do cidadão em um contexto de incertezas e rápida mutação: “[...] não apenas para se referir à produção de novas obras ou formas artísticas, mas para buscar soluções de problemas em todas as áreas possíveis” e também para “[...] transformar sua realidade por meio da iniciativa e da imaginação criadoras” (CUÉLLAR, 1997, p.102). O discurso é de que o indivíduo deve: “[...] ter habilidade para lidar com o desconhecido, com a vulnerabilidade e a instabilidade e, caso não seja bem-sucedido, deve ser capaz de mudar o ‘jogo’ e lidar com o fracasso” (CARVALHO, 2012, p.31-32).

Na *V Conferência internacional sobre a educação de adultos: Declaração de Hamburgo: agenda para o futuro*, realizada em 1997³, as

³ Essa conferência, realizada na Alemanha em 1997, foi organizada pela UNESCO, com apoio do Sistema das Nações Unidas, por meio, especialmente, das seguintes

discussões tiveram o sentido de “definir os papéis a serem atribuídos à educação de adultos”, bem como as suas formas de execução e manutenção (SESI/UNESCO, 1999, p.9). O documento originário dessa conferência, intitulado *Declaração de Hamburgo: agenda para o futuro*, publicado em 1999, indica que “a educação de adultos pode modelar a identidade do cidadão e dar um significado à sua vida” (SESI/UNESCO, 1999, p.19). Com a mesma orientação dos outros documentos da UNESCO, afirmou-se que a formação do cidadão para o século XXI deve “desenvolver a participação comunitária [...] favorecendo a cidadania ativa” (SESI/UNESCO, 1999, p.32). Nesse contexto, o cidadão deveria ser preparado para enfrentar um dos principais problemas sociais – a pobreza.

É indispensável apelar para a criatividade e as competências dos cidadãos de todas as idades para enfrentar o desafio do século XXI, isto é, atenuar a pobreza, consolidar os processos democráticos, fortalecer e proteger os direitos humanos, promover uma cultura da paz, estimular uma cidadania ativa, reforçar o papel da sociedade civil (SESI/UNESCO, 1999, p.32).

Em 2000, em Dakar, Senegal, foi realizada uma nova Conferência Mundial de Educação, durante a qual, tendo como diretriz central a educação para todos os cidadãos, a UNESCO realizou uma avaliação dos progressos educacionais obtidos desde a Conferência de Jomtien (1990). O resultado foi a aprovação do documento *Educação para Todos: o Compromisso de Dakar*. Cabe ressaltar que esse documento, apesar de não se ater particularmente à questão da formação da cidadania, contém a seguinte afirmação: a todos os indivíduos “[...] deve ser dada a

oportunidade de obter conhecimento e desenvolver os valores, atitudes e habilidades” necessários à participação na sociedade e ao controle de suas vidas (UNESCO, 2001, p.19). Não obstante, essa formação de valores, atitudes e habilidades se refere à “importância da educação como direito subjetivo de todas as pessoas e como condição insubstituível para o exercício de uma cidadania ativa” (UNESCO, 2001, p.5).

Quanto às orientações internacionais presentes na política educacional brasileira, podemos afirmar que os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCNs) propõem uma prática educativa, na qual o desenvolvimento de atitudes e de valores tenha como finalidade a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar de modo responsável e ético na sociedade em que vivem (BRASIL, 1997).

Essa nova cidadania é entendida como sinônimo de maior liberdade: “ser livre, portanto, é ser competente para viver o mundo [...] e, como isso, requer comprometimento, exige do sujeito um posicionamento diante de si, dos outros e da vida” (BALLEIRO, 2004, p.132). A formação de um cidadão que saiba entender o mundo em que vive e agir com autonomia e responsabilidade é identificada como o desafio educacional para o século XXI, tal como já havia sido formulado pela UNESCO. Dessa forma, “educar para a cidadania é, também, despertar nas pessoas a preocupação para os problemas sociais, oferecendo-lhes espaços para a ação” (BARBOSA, 2004, p.51).

A escola é considerada um local de transformação dos novos sujeitos, podendo torná-los mais participativos, solidários e civicamente responsáveis, capazes de intervir em sua comunidade. É esse o posicionamento demonstrado pelo próprio MEC:

A escola deve favorecer a tomada de consciência política, ensinar cada participante de seu dia-a-dia a fazer uso do conhecimento e da informação na compreensão da realidade, transformando cada pessoa em um agente de transformação, um cidadão mais participativo capaz de intervir em sua comunidade, preparado para o exercício da cidadania (BRASIL, 2009, p.20).

Encontramos orientação semelhante na Resolução nº 2, do CEB de 7 de abril de 1998, referente às *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental*. Em seus termos, tais

agências: Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização Mundial da Saúde (OMS), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF), além da participação da União Europeia, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e do Banco Mundial (BM).

diretrizes devem ser observadas na organização curricular das unidades escolares integrantes dos diversos sistemas de ensino. A escola, com suas ações pedagógicas, desempenharia um papel importante na formação cidadã, proporcionando meios para que os alunos possam constituir “[...] sua identidade como cidadãos, capazes de serem protagonistas de ações responsáveis, solidárias e autônomas em relação a si próprios, às suas famílias e às comunidades” (BRASIL, 1998, p.1).

Observamos, portanto, que, no encaminhamento das políticas educacionais, a formação para a cidadania não só vem sendo bastante enfatizada, como também vem adquirindo “novos significados”. Ou seja, vem sendo vista como uma forma de amenizar o impacto da crise, levando os indivíduos [sociedade civil] a agir na busca de solução para os problemas de sua comunidade, sem ter que demandar ações por parte do Estado, bem como renovar e manter a legitimidade social segundo os fundamentos do capitalismo. Para Falleiros (2005, p.209), o *slogan* da formação para a cidadania contido na reforma educacional brasileira contém clara alusão à política da Terceira Via como princípio orientador:

A reforma educacional brasileira encaminhada a partir dos anos 1990 se auto-referenciou com o slogan “Educação para a cidadania” [...] a direção da proposta educacional como um todo reflete a clareza de objetivos e a coesão que a orquestram no tom geral do projeto de sociabilidade capitalista implantado pela terceira via no Brasil.

Os fundamentos desses novos encaminhamentos serão abordados a seguir. Analisaremos, especialmente, o programa da Terceira Via, que redefine o conceito de cidadania e o papel do cidadão na reprodução social.

A PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA ATIVA NO PROGRAMA POLÍTICO DA TERCEIRA VIA

A reforma do Estado no sentido da adequação à nova fase do capitalismo, cujas

marcas são a globalização/mundialização da economia, a flexibilização produtiva⁴, a expansão e o fortalecimento do capital financeiro, tornou-se uma questão central no debate da década de 1990. Na perspectiva de seus proponentes, o Estado deve responder com mais rapidez e eficiência às constantes mutações do mercado global e às demandas sociais, exercer um papel mais decisivo na reestruturação produtiva e diversificar as fontes de financiamento.

A reforma é vista como a possibilidade de se flexibilizar a ação estatal, liberar a economia, conduzindo-a a um novo ciclo de crescimento econômico, e, ao mesmo tempo, preservar a governabilidade, no sentido político e econômico, em face das exigências contraditórias do processo de acumulação e legitimação do capital. A teoria de que as soluções da social democracia e do neoliberalismo se revelaram inadequadas para responder aos desafios da contemporaneidade conduziu à construção de um novo modelo de atuação estatal – a política da Terceira Via.

A perspectiva política da Terceira Via⁵ foi formulada, principalmente, pelo sociólogo britânico Anthony Giddens⁶. Edificou-se na

⁴ O contexto de profunda recessão econômica e de aumento nas pressões competitivas internacionais, a partir dos anos de 1990, levou as empresas a, de um lado, buscar espaços mais amplos de acumulação e, de outro, reestruturar e reorganizar a produção, introduzindo novas tecnologias no processo produtivo e criando um novo padrão de acumulação capitalista, denominado de acumulação flexível. Segundo Harvey (2000, p.140), a acumulação flexível, para superar a rigidez do sistema fordista e atender, de forma ágil, a uma gama bem mais ampla de necessidades do mercado, incluindo as rapidamente cambiáveis, apoia-se na “[...] flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores da produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional”.

⁵ Esse não foi o único termo empregado para expressar o movimento de renovação do projeto neoliberal. Segundo Martins (2007), outros foram: *centro radical*, *centro-esquerda*, *nova esquerda*, *nova social democracia*, *social democracia modernizadora* e *governança progressista*.

⁶ Anthony Giddens é o principal formulador da teoria política da Terceira Via. Ele foi assessor do ex-primeiro-ministro inglês Tony Blair, ocupando, em 1996, o cargo de reitor da London School of Economics. O construto teórico da Terceira Via está organizado especialmente em três obras de Anthony Giddens: *Para Além da Esquerda e da Direita: o futuro da política radical* (1996), *A Terceira Via: reflexões sobre o impasse político atual e o*

década de 1990, em meio aos movimentos dos "novos democratas", nos Estados Unidos, e no "novo trabalhismo", na Inglaterra, ligados, respectivamente, a Bill Clinton e a Tony Blair. Tal programa político estabeleceu-se quando o projeto ortodoxo neoliberal⁷ passou a ser fortemente questionado porque o conjunto de suas medidas não tinha conseguido recuperar as taxas de crescimento obtidas nos anos do *Welfare State* e, assim, teria aumentado a pobreza, colocando em xeque a estabilidade das relações sociais tão imprescindível ao projeto capitalista. Conforme podemos identificar nas preocupações manifestadas por Giddens:

[...] as desigualdades podem ameaçar a coesão social e podem ter outras consequências socialmente indesejáveis (como provocar altas taxas de criminalidade) [...] Uma sociedade democrática que gera desigualdade em larga escala tende a produzir descontentamento e conflitos generalizados (GIDDENS, 2001a, p.52).

Portanto, na compreensão dos teóricos da Terceira Via, era evidente a necessidade de construção de alternativas políticas e de bases ideológicas diferenciadas. Em face da crise de acumulação vivenciada a partir dos anos de 1970, foi formulada uma nova proposta, na

qual se propunha a redefinição de aspectos pontuais do plano econômico e político para o novo milênio, como estratégia de legitimação do novo padrão de expansão capitalista, de base flexível, bem como do recuo do Estado, sobretudo na área social. Sobre o contexto que deu origem à proposta política da Terceira Via, Giddens (2001b, p.7) afirma:

A Terceira Via surgiu logo depois do ponto alto da crise asiática. Na esteira daquela crise, a influência do pensamento de direita sobre a política havia diminuído. Quase em toda parte, pelo menos por enquanto, o conservadorismo está se retraindo. A ascensão da Terceira Via política é em parte uma reação a esta situação, mas também tem de certa forma ajudado a ocasioná-la. As energias de vários membros da esquerda política têm há muito se dedicado a resistir aos clamores neoliberais ou a uma reelaboração defensiva do pensamento de esquerda diante deles. Aquelas energias podem agora ser canalizadas em uma direção mais positiva. A política da Terceira Via [...] estará no cerne dos diálogos políticos nos próximos anos, da mesma forma que o neoliberalismo até recentemente e a social-democracia de velho estilo antes dele. A política da Terceira Via será a perspectiva com a qual outros terão de se engajar.

A análise conjuntural dos teóricos da Terceira Via, principalmente Giddens, aponta que, em razão das mudanças econômicas e tecnológicas ocorridas em nível mundial, que incluem toda variedade de problemas relacionados às questões ecológicas, à família, ao trabalho, à identidade pessoal e cultural, tanto a esquerda, representada pela velha socialdemocracia, quanto a direita, representada pelo neoliberalismo, revelam-se insuficientes e inadequadas para regular e coordenar os processos de desenvolvimento econômico e social capitalista. Por isso, a Terceira Via é apontada como uma alternativa política diante da nova ordem globalizada, que cria novos sistemas e forças transnacionais, ao mesmo tempo em que transforma as instituições e sociedades em que vivemos:

[...] Vou supor que "terceira via" se refere a uma estrutura de pensamento e de

futuro da social-democracia (2001) e *A Terceira Via e seus críticos* (2001).

⁷ Esse projeto foi influenciado pelas contribuições de teóricos neoliberais da escola austríaca, Hayek e Von Mises; dos monetaristas, Friedman, Phelps e Johnson; dos novos clássicos relacionados com as expectativas racionais, Lucas e Sargent; e da escola da escolha pública, Buchanan, Olson, Tullock e Niskanen. Seu resultado foi o conjunto de medidas concebidas por economistas de instituições financeiras, como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro Americano, ou seja, o chamado *Consenso de Washington* (1989), composto por dez regras básicas destinadas, especialmente em países da América Latina, à promoção do ajustamento macroeconômico. Bresser-Pereira (1991, p.6), ao comentar esse conjunto de medidas, observa que elas podem ser resumidas a “[...] promover a estabilização da economia através do ajuste fiscal e da adoção de políticas econômicas ortodoxas em que o mercado desempenhe o papel fundamental” e a formas “[...] diferentes de afirmar que o Estado deveria ser fortemente reduzido”.

prática política que visa adaptar a social-democracia a um mundo que se transformou fundamentalmente ao longo das duas ou três últimas décadas. É uma Terceira Via no sentido de que é uma tentativa de transcender tanto a social democracia do velho estilo quanto o neoliberalismo (GIDDENS, 2001a, p.36).

A nova proposta apresenta-se como uma nova forma de administrar o capitalismo. As mudanças na política e na economia buscam combinar princípios antagônicos, como liberalismo de mercado com justiça social, de forma a dar uma *face mais humana*⁸ às relações sociais pautada na dominação, na expropriação e na exploração.

Para disseminar esse novo projeto político e construir um consenso internacional em torno dele, foi organizado, em 1999, um movimento denominado de *Cúpula da Governança Progressista*⁹, destinado a reunir

⁸ De acordo com Mota (2012, p.15), essa “expressão foi inspirada no livro de Bernardo Kliksberg, *Por uma economia de face mais humana*, editado pela UNESCO em 2003”. Na apresentação do documento Jorge Werthein, representante da Unesco no Brasil, destaca: “A presente obra, de Bernardo Kliksberg, voltada para a busca de um caminho que leve à construção de uma economia mais humana [...] trabalha um conjunto de proposições que podem inspirar, promover ou alavancar mudanças, especialmente na América Latina - região que registra uma das maiores desigualdades do mundo -, que favoreçam a construção de uma sociedade mais justa, mais igualitária e mais humana. O autor apresenta, como ponto de partida, a questão da pobreza, da miséria e das grandes disparidades, fundamenta sua análise em dados estatísticos produzidos por conhecidas e renomadas fontes, altamente especializadas e respeitadas, e mostra que as linhas desenvolvimentistas, lideradas pelas políticas neoliberais predominantes no atual mundo globalizado, se tornam inócuas porque desprezam, ou até estimulam, os efeitos perversos, gerados por uma certa visão da economia de mercado e garantidos pelo status quo dos países metropolitanos e pelas constantes crises socioeconômicas que afetam cruelmente a vida das populações latino-americanas” (KLIKSBERG, 2003, p. 7).

⁹ Colocando-se no campo político de centro-esquerda, segundo Martins (2007, p. 63), a Cúpula da Governança Progressista foi constituída como “[...] um fórum para trocas de experiências e definição de agendas comuns - dando consequência e organicidade às ações governamentais e de sujeitos políticos coletivos preocupados com a reorganização da hegemonia burguesa em todo o mundo”. Para o autor,

periodicamente chefes de governo de diversos países, conforme pode ser visualizado no quadro abaixo:

Construção da agenda internacional da Terceira Via		
Ano	Local	Participantes
1992	Eleição de Bill Clinton nos EUA	Anthony Giddens foi seu assessor.
1998	Seminário realizado em Washington (Estados Unidos)	O Seminário contou com a participação do então presidente americano, Bill Clinton, do primeiro-ministro britânico, Tony Blair, e do então primeiro-ministro italiano, Romano Prodi. O objetivo foi trocar experiências para uma frente política internacional.
1999	2º reunião realizada em Washington (Estados Unidos)	A agenda da Terceira Via foi ampliada, contando com a participação de Bill Clinton (EUA), Tony Blair (Grã-Bretanha), Gerhard Schoroder (Alemanha), Wim Kok (Holanda) e Máximo D’ Alemã (Itália)
1999	Florença (Itália)	1ª Reunião - Criação da Cúpula da Governança Progressista Contou com a participação de Bill Clinton (EUA), Tony Blair (Grã-Bretanha), Gerhard Schoroder (Alemanha), Wim Kok (Holanda) e Máximo D’ Alemã (Itália) e Fernando Henrique Cardoso (Brasil)
2000	Berlim (Alemanha)	2ª Reunião da Cúpula da Governança Progressista Participaram 14 chefes de Estado e de governo, dentre eles Bill Clinton (EUA), Tony Blair (Grã-Bretanha), Leonel Jospin (França) e Fernando Henrique Cardoso (Brasil)

em certa medida, o fórum foi “uma resposta política à série de eventos e protestos anti-globalização e anti-capitalista que reuniram diversas organizações e manifestantes em várias partes do mundo, entre os anos de 1998 e 2001(MARTINS, 2007, p. 63). Até 2002, como presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso participou de reuniões e articulações internacionais; a partir de então, foi Lula que passou a integrar esse agrupamento político (MARTINS, 2007).

2002	Estocolmo (Suécia)	3ª Reunião da Cúpula da Governança Progressista Participaram 13 chefes de Estado e de governo, dentre eles Fernando Henrique Cardoso (Brasil), Chrétien (Canadá), António Guterres (Portugal), Gerhard Schroeder (Alemanha) Tony Blair (Reino Unido) e Ricardo Lagos (Chile)
2003	Londres (Inglaterra)	4ª Reunião da Cúpula da Governança Progressista Estiveram presentes de 15 chefes de Estado e de governo, além de Tony Blair (Grã-Bretanha) e de Lula da Silva (Brasil), participaram chefes de Estado da Argentina, Chile, Canadá, Alemanha, Suécia, Nova Zelândia, Polônia, África do Sul e Coreia do Sul.
2004	Budapeste (Hungria)	5ª Reunião da Cúpula da Governança Progressista Participaram de 14 chefes de Estado e de governo, dentre eles Tony Blair (Grã-Bretanha), Lula da Silva (Brasil), Gerhard Schröder (Alemanha), Thabo Mbeki (África do Sul), Néstor Kirchner (Argentina), Ricardo Lagos (Chile), Jean Chrétien (Canadá), Vladimir Spidla (República Checa), Leszek Miller (Polônia), Meles Zenawi (Etiópia), Helen Clark (Nova Zelândia) e Bill Clinton (ex-presidente dos EUA).
2006	Pretória (África do sul)	6ª Reunião da Cúpula da Governança Progressista Estiveram presentes 14 líderes, entre eles: Tony Blair (Grã-Bretanha), Lula da Silva (Brasil), Meles Zenawi (Etiópia), Thabo Mbeki (África do Sul); Göran Persson (Suécia), Lee Hae-Chan (Coreia do Sul) e Helen Clark (Nova Zelândia).
2009	Vinã del Mar (Chile)	7ª Reunião da Cúpula da Governança Progressista Estiveram presentes Luiz

		Inácio Lula da Silva (Brasil), Michelle Bachelet (Chile), Tabaré Vázquez (Uruguai), Cristina Kirchner (Argentina), Joe Biden (Estados Unidos), Gordon Brown (Grã-Bretanha) e Jens Stoltenberg (Noruega).
--	--	--

Fonte: Elaboração própria com base em Martins (2007)

Com a perspectiva de criar a “social democracia modernizada”, a Terceira Via busca diferenciar-se do neoliberalismo ortodoxo¹⁰. No entanto, autores como Martins (2007) consideram que as diferenças entre ambos são apenas de caráter estratégico, já que compartilham os mesmos princípios: a flexibilização e a desregulamentação dos mercados e o crescimento econômico como estratégia para a resolução dos problemas sociais.

Porém, destacamos uma das principais diferenças entre as duas orientações políticas: a relação entre Estado e sociedade civil. No novo programa político de reforma, a sociedade civil deve agir em parceria com o Estado, compartilhando responsabilidades, mas também exercendo um maior controle sobre suas ações. Portanto, a promoção da *sociedade civil ativa* é um aspecto fundamental da política da Terceira Via, representando um processo de aprofundamento e de ampliação da democracia.

Identificando um declínio cívico na perda do sentimento de solidariedade e de responsabilidade social, o programa político da

¹⁰ O neoliberalismo “propõe que o bem estar humano pode vir a ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriadas a essas práticas [...] Deve também estabelecer estruturas e funções militares, de defesa, da política e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais, para assegurar se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado [...] As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo [...]” (HARVEY, 2008, p.12).

Terceira Via tem como um de seus pontos centrais a renovação da sociedade civil:

[...] O declínio cívico é real e visível em muitos setores das sociedades contemporâneas, não uma mera invenção de políticos conservadores. Ele é visto no enfraquecimento do senso de solidariedade em algumas comunidades locais e áreas urbanas, nos elevados níveis de criminalidade e na dissolução de casamentos e famílias [...] Não podemos lançar a culpa da erosão da civilidade sobre o *Welfare State*, ou supor que é possível revertê-la deixando a sociedade civil por sua própria conta. O governo pode e deve desempenhar um importante papel na renovação da cultura cívica (GIDDENS, 2001a, p.88-89).

Assim, na busca de rompimento com a ortodoxia neoliberal, o programa da Terceira Via propõe a renovação da sociedade civil no sentido de se tornar um espaço de colaboração ou obrigação mútua. O processo exigiria a formação de uma nova cultura cívica, o resgate da solidariedade social perdida; isso levaria as comunidades a agir por si mesmas na solução dos seus problemas, a se tornar independentes do Estado, bem como promoveria um pacto para que, por meio do diálogo, fossem encontradas soluções pacíficas para os conflitos e meios para promover a coesão social. A educação para a cidadania ativa faria, portanto, parte da estratégia de formação de uma nova consciência e conduta social, expressa mais na colaboração e menos na reivindicação de direitos por parte dos indivíduos:

Ambas as estratégias se destinam à construção de novas subjetividades, visando a preparação de um perfil humano que combine a individualização da autonomia com a abertura para o estabelecimento de laços de cooperação com os mais próximos para reforçar a conservação. Com isso [...] atuando em rede rumo à consolidação da coesão cívica de novo tipo e impulsionadas por uma nova sociabilidade expressa pela idéia de "cidadania ativa" (MARTINS, 2007, p.89).

Na reconfiguração do papel estatal na perspectiva da Terceira Via, aparece uma nova cidadania justificada pela "demanda por autonomia individual e a emergência de uma cidadania mais reflexiva" (GIDDENS, 2001a, p.81). A proposta de edificação de uma nova cidadania, nos termos da remodelagem da sociedade civil e de uma atuação mais ativa ou participativa por parte do cidadão, ganhou ênfase mundial na década de 1990. Desde então, com o objetivo de formar os novos sujeitos políticos coletivos, condizentes com o projeto da suposta "nova social democracia"¹¹, houve um movimento internacional de revigoramento das concepções educacionais, formais e não formais, calcadas no lema "educação para a cidadania ativa".

Na idealização da Terceira Via, a cidadania ativa contribuiria para legitimar aquilo que se fazia imprescindível na reforma do Estado, tal como será tratado a seguir.

O NOVO ESTADO DEMOCRÁTICO E A NOVA SOCIEDADE CIVIL ATIVA

Em relação à reforma do Estado no sentido de criar condições renovadas para a reprodução do capital, a Terceira Via tenta se diferenciar dos modelos estatais anteriores: tanto do Estado "máximo", como o *Welfare State*, quanto do "mínimo", como o dos neoliberais ortodoxos. Em seus termos, a "questão não é mais ou menos governo, mas o reconhecimento de que a governação, deve se ajustar às novas circunstâncias da era global; e de que a autoridade, inclusive a legitimidade do Estado, tem de ser ativamente renovada" (GIDDENS, 2001a, p.82).

A proposta é remodelar o Estado, redefinir suas estruturas, seu papel e forma de atuação, visando o aprofundamento e a ampliação da democracia. Trata-se, então, da formulação de um *novo Estado democrático*. Na interpretação de Martins (2007, p.79):

[...] A Terceira Via defende que o "novo Estado democrático" estimularia o fortalecimento e a flexibilidade do mercado, sem o radicalismo dos

¹¹ Nas palavras de Giddens (2001, p.16): "Social democracia é um termo ainda amplo e mais ambíguo. Eu o utilizo para designar partidos e outros grupos da esquerda reformista, inclusive o Partido Trabalhista britânico".

neoliberais. Ao mesmo tempo, realizaria as questões sociais, como defendido pelos social-democratas clássicos, no entanto, por meio de outros mecanismos. O "Estado necessário" seria o regulador e coordenador de processos de desenvolvimento econômico e social capitalista.

Na nova concepção, cujo princípio norteador é a "democratização da democracia" (GIDDENS, 2001a, p.80), o papel da esfera pública deveria ser expandido, de modo que a sociedade civil fosse transformada em parceria do Estado, compartilhasse suas responsabilidades e, ao mesmo tempo, impusesse limites à atuação e ao controle estatal excessivo. Para Giddens (2001a, p.95), "[...] Uma sociedade civil saudável protege o indivíduo do poder estatal avassalador". Assim, a sociedade civil atuaria como uma "espécie de guardião em última instância da democracia" (CASTELO, 2013, p.289). Ao mesmo tempo, considerando que a sociedade civil também é fonte de tensões e conflitos, cabe ao Estado proteger os indivíduos, o que significa que o "[...] Estado não poderia transferir todos os seus poderes à sociedade civil" (GIDDENS, 2001a, p.96), dentre os quais a tomada de decisões e o planejamento nas áreas consideradas estratégicas.

Para o desenvolvimento do novo estado democrático, a política da Terceira Via busca o equilíbrio entre Estado, sociedade civil e mercado, advogando em favor da criação de uma *nova economia mista*, ou seja, de "[...] uma nova sinergia entre os setores público e privado, utilizando o dinamismo dos mercados mas tendo em mente o interesse público"¹² (GIDDENS, 2001a, p.109). A base para o desenvolvimento de projetos econômicos e sociais comuns seria constituída pelas parcerias entre Estado e sociedade civil, na qual estão incluídas as organizações não governamentais, as associações, as fundações, os institutos e até mesmo empresas. Redefinem-se, nessa perspectiva, as fronteiras

entre público e privado, o que leva à criação do conceito de público não-estatal. Para Martins (2009, p.79), nessa nova estratégia, os papéis seriam bem definidos:

[...] Ao aparelho do Estado, atuando supostamente em defesa do interesse de todos, caberia indicar áreas prioritárias, o formato do projeto, o tipo de concessão pública, o tempo de exploração e os incentivos (renúncias) fiscais de estímulo ao investimento de capital privado. Ao empresariado caberia realizar as obras, oferecer empregos, explorar as concessões e usufruir os incentivos disponibilizados, alavancando o desenvolvimento.

Além da iniciativa privada, o Estado também deve incentivar parcerias com grupos do terceiro setor que tenham interesse de, em colaboração com a aparelhagem estatal, prestar serviços sociais. As vantagens dessa parceria são descritas por Giddens:

[...] se desenvolvidos de maneira eficaz, os grupos do terceiro setor podem oferecer opções de escolha e capacidade de resposta na prestação de serviços públicos. Eles podem também ajudar a promover a cultura cívica local e algumas formas de desenvolvimento comunitário. Para tanto, eles precisam ser ativos e empreendedores. Os empresários sociais podem ser inovadores muito eficazes no domínio da sociedade civil, ao mesmo tempo que contribuem para o desenvolvimento econômico. [...] Os grupos do terceiro setor podem também combinar eficácia nos negócios com o estímulo a programas sociais (GIDDENS, 2001b, p.86).

Nesse sentido, o programa da Terceira Via prevê claramente uma delimitação da atuação do Estado na área social.

[...] As instituições do terceiro setor [...] deveriam desempenhar um papel maior no fornecimento de serviços de *welfare*. A concessão de benefícios de cima para baixo deveria ceder lugar a sistemas de distribuição mais localizados. De maneira mais geral, deveríamos reconhecer que a reconstrução da provisão de *welfare* deve ser integrada a programas para o desenvolvimento ativo da sociedade civil (GIDDENS, 2001a, p.128).

¹² Essa concepção é formulada pelo sociólogo norte americano Robert Putnam, para quem, "é a participação cívica (sociedade forte) que favorece uma economia e um Estado fortes e não ao contrário" (MARTINS *et al*, 2010, p.150).

Nesse processo, o Estado redefine suas funções, priorizando a execução dos serviços públicos fora de sua esfera e, ao mesmo tempo, estimula a responsabilidade social dos indivíduos¹³ e o surgimento de novos sujeitos políticos coletivos, menos dependentes das políticas públicas do Estado e mais envolvido na resolução dos problemas sociais. Na interpretação de Neves e Sant'Anna (2005, p.38):

O apelo à responsabilidade social de cada indivíduo, grupo ou comunidade, ponto focal da ideologia burguesa no atual processo de ocidentalização, constitui-se em importante estratégia de minimização dos efeitos da superexploração a que está submetida boa parcela da classe trabalhadora mundial em consequência dos efeitos do desemprego estrutural e dos processos de precarização das relações de trabalho [...]

O novo Estado democrático, buscando partilhar responsabilidades com diferentes sujeitos políticos, deve incentivar a expansão de uma sociedade cada vez mais reflexiva¹⁴, voltada para a auto-organização e para a renovação comunitária, o que implica maior envolvimento voluntário do cidadão nas questões de interesse público e o aproveitamento da iniciativa local, sobretudo em áreas mais pobres. Nas palavras de Giddens (2001a, p.90), "[...] é particularmente em

comunidades mais pobres que o incentivo à iniciativa e ao envolvimento locais podem gerar o maior retorno". O argumento empregado para justificar esse incentivo por parte dos governos é o de que essas organizações e associações estão mais próximas da comunidade local e, portanto, suas ações podem ser mais eficazes e mais condizentes com suas necessidades.

Ao garantir alguns serviços à comunidade ou a populações locais carentes, bem como fortalecer os laços de convivência pacífica e obter a coesão social, a *sociedade civil ativa*, como uma esfera autônoma, localizada entre o aparelho do Estado e o mercado, "[...] seria o espaço de encontro com o outro e de realização do "eu" no sentido da promoção da coesão social. Cada um, movido por sua individualidade, entraria em contato com outros indivíduos formando grupos de diferentes tipos que dialogam entre si" (MARTINS, 2007, p.72). Assim, levando em conta a necessidade de encontrar um novo equilíbrio entre o indivíduo e a responsabilidade para com os outros, "a chamada sociedade civil ativa se tornaria o *locus* da ajuda mútua, da solidariedade, da colaboração [para a promoção do bem comum] e da harmonização das classes sociais" (LIMA e MARTINS, 2005, p.53), assegurando uma maior coesão social e a reprodução das relações sociais capitalistas.

A proposta da sociedade civil ativa parte da premissa de que estaria surgindo uma nova cultura política. Na interpretação de Giddens, a globalização e o "fim do socialismo" foram os principais responsáveis pela mudança substancial na estrutura da sociedade civil, especialmente nas relações entre "classes". Para o teórico da Terceira Via, esse contexto demarca o fim das classes sociais, permitindo o surgimento de novos sujeitos políticos a partir da pluralidade de grupos com interesses específicos e com impactos na sociedade civil. Com efeito, os conflitos e lutas políticas teriam se desprendido dos antagonismos de classe, vinculando-se a diferenças entre grupos com diferentes identidades [étnicas, religiosas, culturais, etc.].

Considerando essas mudanças e a necessidade de buscar novos meios para estimular a renovação dos laços de solidariedade entre os indivíduos e os grupos com base no equilíbrio entre a liberdade individual e a responsabilidade coletiva, Giddens destaca a necessidade de o Estado conduzir a participação dos indivíduos. Destaque-se que sua proposta de *cidadania ativa*

¹³ Nas palavras de Martins (2009, p.82), "[...] essas mudanças exigem que o empresariado assuma uma nova postura, aceite certas responsabilidades para com as questões sociais, atuando em projetos de desenvolvimento comunitário e na mobilização de organizações não-governamentais, associações e institutos comprometidos com esses projetos. [...] Isso significa que a classe empresarial deve se renovar politicamente para assumir um novo papel e uma nova conduta na sociedade civil referenciada no postulado da "responsabilidade social".

¹⁴ Segundo a definição da Terceira Via, entende-se a reflexibilidade como o "[...] uso da informação sobre as condições de atividade como um meio de reordenar e redefinir regularmente o que essa atividade é. Ela diz respeito a um universo de ação onde os observadores sociais são eles mesmos socialmente observados; e, hoje em dia, ela é verdadeiramente global em dia abrangência" (GIDDENS, 1996, p.101).

tem o *individualismo como valor moral radical* como um de seus princípios políticos. Ou seja, esse novo individualismo, ao invés de um “comportamento egoísta do mercado, voltado para a maximização dos lucros” (GIDDENS, 2001c, p.318), deve levar em conta o comprometimento social, a necessidade de uma atuação responsável em relação aos outros independentemente do Estado. Tal atuação se materializa na forma de organizações não lucrativas da sociedade civil, no voluntariado ou em organizações empresariais que tenham programas de responsabilidade social, aspecto que analisaremos a seguir.

A CONCEPÇÃO DA "CIDADANIA ATIVA"

O conceito de *cidadania ativa* relaciona-se à concepção de cidadãos que não sejam coagidos por controles externos, advindos supostamente da intervenção estatal ou do autoritarismo dos governos. Isso seria possível com a criação de uma geração de cidadãos que fossem mais suscetíveis de assumir iniciativas e decisões, que fossem mais criativos, autônomos e solidários, com “um elevado senso de responsabilidade social” e comprometimento “com a busca de soluções para os problemas de sua comunidade” (MARTINS, 2007, p.146).

Conforme Martins (2009, p.89), ao buscar a renovação das instituições democráticas e novas possibilidades de participação, a Terceira Via, fundamentada na *política de vida* e na *política gerativa*, retoma e amplia o princípio neoliberal do individualismo. Por meio do estímulo ao denominado *individualismo como valor moral radical*, da combinação da “individualização da autonomia com abertura para o estabelecimento de laços de cooperação com os mais próximos”, sua estratégia é “remodelar as referências históricas de cidadania”, conduzindo-a para uma atuação mais reflexiva e ativa.

A *política de vida* “diz respeito a decisões de vida. Ela é uma política de escolha, identidade e mutualidade” (GIDDENS, 2001a, p.54). Nesses termos, a meta da política de vida é “libertar” os cidadãos das pressões exercidas pelo excesso de regulamentações por parte do Estado, para que possam agir em prol

dos seus interesses e bem estar, mas também “responsavelmente em relação aos outros” (GIDDENS, 2002, p.196). Trata-se, portanto, de fazer com que os cidadãos compreendam que eles possuem a capacidade de se mobilizar no espaço comunitário para solucionar problemas que transcendem sua individualidade. Para isso, a estratégia seria o que Giddens denomina de *política gerativa*, ou seja, uma política que:

[...] busca permitir aos indivíduos e grupos fazerem as coisas acontecerem, e não esperarem que as coisas lhes aconteçam, no contexto de preocupações e objetivos sociais totais. A política gerativa é uma defesa da política do domínio, mas ela não se situa na velha oposição entre Estado e mercado. Ela opera fornecendo condições materiais e estruturas organizacionais para as decisões de políticas de vida tomadas por indivíduos e grupos na ordem social mais ampla (GIDDENS, 1996, p.23-24).

No entanto, analisadas de uma perspectiva crítica, a política gerativa e a política de vida podem ser interpretadas como

[...] estratégias destinadas a disseminar o individualismo e incentivar o desenvolvimento do “capital social”, remodelando as referências históricas de cidadania. Ambas as estratégias se destinam à construção de novas subjetividades, visando a preparação de um perfil humano que combine a individualização da autonomia com a abertura para o estabelecimento de laços de cooperação com os mais próximos para reforçar a conservação. Com isso, através de processos moleculares, a manutenção das relações sociais e as relações de poder no capitalismo seriam sustentadas por vários pequenos organismos, atuando em rede rumo à consolidação da coesão cívica de novo tipo e impulsionadas por uma nova sociabilidade expressa pela idéia de “cidadania ativa” [...] (MARTINS, 2009, p.89).

Portanto, a proposta do novo individualismo político da Terceira Via, orientado para levar os indivíduos a se associar com outros com base em interesses precisos para a edificação da sociedade civil ativa e do novo Estado democrático, tem por estratégia “[...] desarmar os espíritos para relações mais

harmônicas em que a colaboração torna-se referência, desarticulando, conseqüentemente, os organismos sociais (partidos e os sindicatos) que ainda atuam numa perspectiva de interesses de classe” (MARTINS, 2007, p.89).

Em um contexto de aprofundamento das desigualdades, de intensificação dos conflitos sociais, de origem de “novos movimentos sociais” e de uma ampla organização da sociedade civil na luta por direitos, o capital tem buscado estratégias para utilizar os esforços desse amplo movimento de mobilização da sociedade civil convertendo-os para suas necessidades. Nesse sentido, com a finalidade de construir uma sociedade solidária e coesa, busca-se a harmonização social, o engajamento cívico, de modo que o confronto/conflito entre as classes sociais ceda lugar à colaboração¹⁵ (MARTINS e NEVES, 2010).

¹⁵ Essa finalidade pode ser identificada no documento elaborado pelo Banco Mundial no Brasil com assistência da Unidade da sociedade Civil e de ONGs do Departamento de Desenvolvimento Social do Banco Mundial. Esse documento, intitulado “Do Confronto à Colaboração: Relações entre a Sociedade Civil, o Governo e o Banco Mundial no Brasil” (2000), almejando sintonizar as ações do “novo Estado democrático” com os organismos da sociedade no sentido proposto pela terceira via, busca estimular uma postura mais participativa por parte da sociedade brasileira. Na introdução, Gobind Nankani, Diretor para o Brasil, oferece-nos uma ideia do seu teor. Segundo ele, o Banco Mundial reconhece que o Brasil tem uma “sociedade civil vibrante e cada vez mais influente”, capaz de organizar e promover o desenvolvimento em nível local. Assim, o estudo procura descrever “como outros setores maiores como as associações comunitárias, movimentos sociais e associações profissionais desempenham um papel importante no denominado “Terceiro Setor” no Brasil”. O estudo “descreve a agenda social que desponta no setor privado e, particularmente, as fundações de empresas e suas crescentes alianças com o governo na forma de projetos inovadores que estão sendo implementados pelo Conselho da Comunidade Solidária”. Também documenta “os avanços obtidos nas relações Governo - Sociedade Civil - Banco Mundial nos últimos anos. Muitas destas conquistas são pioneiras e demonstram que as três partes, especialmente o governo e a sociedade civil, que são os dois principais interlocutores, estão aprendendo a colaborar de forma construtiva”. O estudo destaca que “talvez o mais surpreendente seja observar o elevado grau de projetos financiados pelo Banco Mundial no Brasil que são canalizados à sociedade civil, via fundos de pequenos projetos administrados pelo governo em áreas temáticas como meio ambiente, saúde e pobreza rural”. Por fim,

Ao mesmo tempo, a ênfase no individualismo vem acompanhada de maior responsabilização dos indivíduos diante da democracia e da sociedade em geral, pois, para a Terceira Via, “não há direitos sem responsabilidade” (GIDDENS, 2001a, p.75). Assim, diante da reconfiguração do papel do Estado e da busca por promover um novo relacionamento entre o indivíduo e a comunidade, propõe-se uma redefinição dos direitos e das obrigações. Ou seja, “[...] Com o individualismo em expansão deveria vir uma extensão das obrigações individuais” (GIDDENS, 2001a, p.75). Isso significa que o Estado, ao fornecer os serviços sociais, exigiria uma contrapartida dos cidadãos, que se tornariam menos dependentes das políticas sociais e mais responsáveis por suas vidas (MARTINS *et al*, 2010). Como exemplo, Giddens menciona os auxílios-desemprego que, segundo ele, “deveriam acarretar a obrigação de procurar trabalho ativamente” cabendo “aos governos assegurar que os sistemas de bem-estar social não desencorajem a procura ativa” (GIDDENS, 2001a, p.75).

Segundo a proposta da Terceira Via, a globalização cultural, o avanço dos meios de comunicação e a assimilação de novas responsabilidades sociais favoreceriam que o indivíduo se envolvesse com um campo mais abrangente de temas e de preocupações que ultrapassariam os horizontes mais imediatos de sua convivência. Por isso, a estratégia da cidadania é enfatizar o novo individualismo, que tem em si o envolvimento do cidadão nas “[...] ‘novas responsabilidades’ com o meio ambiente”¹⁶,

apresentando “conclusões baseadas em experiências bem sucedidas de parcerias, que políticas e estratégias de participação da sociedade civil contribuem para o melhor desempenho de projetos de desenvolvimento e como potencializam seus impactos sociais”, finaliza: “apesar dos avanços nas relações tripartite, ainda existe um longo caminho a ser percorrido no sentido de que todos os atores - Governo, Sociedade Civil e Banco Mundial - possam efetivamente se unir para promover o desenvolvimento social no Brasil” (GARRISON, 2000, p.5).

¹⁶ Para Falleiros (2005, p.234): “Uma nova cidadania é definida pelo projeto capitalista para o século XXI e deve incorporar uma consciência socioambiental planetária [...] O “cidadão” torna-se surpreendentemente responsável pelos destinos do planeta, ainda que – mero detalhe – não seja convidado a participar das decisões econômicas e políticas controladas pelos grupos hegemônicos nacionais e internacionais”.

com sua família e com a comunidade" (MARTINS, 2009, p.91).

Para Giddens (2001a, p.47), "o novo individualismo segue de mãos dadas com pressões por maior democratização" e, por isso, a participação é decisiva para a solução dos problemas sociais da atualidade. No entanto, para garantir que a sociedade se transforme em um espaço de colaboração social, de ajuda mútua e de convivência democrática, é necessário difundir valores morais e éticos e, assim, formar uma nova subjetividade coletiva, compatível com a nova sociabilidade capitalista:

Justiça social, liberdade e igualdade de oportunidades, solidariedade e responsabilidade para com os outros: estes valores são eternos. A social-democracia nunca os sacrificará. Tornar estes valores relevantes no mundo de hoje requer políticas realistas e com visão de futuro, capazes de enfrentar os desafios do século XXI (BLAIR e SCHROEDER, 1999, p.1).

Com a formação dos novos sujeitos políticos coletivos e a consequente ampliação de sua participação na esfera política com base nos novos valores e para além dos muros da escola, os indivíduos seriam estimulados a participar, especialmente por meio de plebiscitos e referendos, de organizações da sociedade civil não lucrativas, dentre as quais as ONGs, de corporações empresariais que promovem programas de responsabilidade social e de trabalhos voluntários. Portanto, o novo programa político atribui aos cidadãos responsabilidades que, no período do *Welfare State*, eram confiadas ao Estado. Essa é a compreensão manifestada por Tony Blair e Gerhard Schoroeder no documento "*Europa: a Terceira Via - o Novo Centro*".

O equilíbrio entre indivíduo e coletivo foi distorcido. Valores importantes para os cidadãos, como conquista pessoal e sucesso, espírito empreendedor, responsabilidade pessoal e espírito comunitário foram muitas vezes subordinados a proteções sociais universais [...] Muitas vezes os direitos foram elevados acima das responsabilidades, mas a responsabilidade do indivíduo para

com sua família, bairro e sociedade não pode ser descarregada no Estado. Se o conceito de obrigação mútua é esquecido, o resultado é um declínio no espírito comunitário, falta de responsabilidade para com os bairros, crime e vandalismo crescente e um sistema legal incapaz (BLAIR; SCHROEDER, 1999, p.2).

Esse ponto de vista é compartilhado pelo sociólogo britânico:

[...] A coesão social não pode ser assegurada pela ação de cima para baixo do Estado ou pelo apelo à tradição. Temos de moldar nossas vidas de uma maneira mais ativa do que fizeram gerações anteriores, e precisamos aceitar mais ativamente responsabilidades pelas consequências do que fazemos e dos hábitos de estilo de vida que adotamos (GIDDENS, 2001a, p.47).

Tal compreensão faz parte da ideia que o Estado do *Welfare State* não ofereceu ao cidadão a oportunidade de desenvolver seu potencial solidário e de contribuir para a solução dos problemas sociais, especialmente aqueles vivenciados pelos grupos comunitários; pelo contrário, inibiu seu direito natural de liberdade e sua autonomia de ação. Para fazer melhor uso dos talentos e capacidades de seus cidadãos, o novo Estado democrático deve, segundo Tony Blair e Schroeder ¹⁷,

Oferecer a todo o indivíduo a oportunidade de desenvolver o seu potencial pessoal, combater a exclusão social e a pobreza, reconciliar progresso material com sustentabilidade ambiental e com nossas responsabilidades para com as gerações futuras, combater problemas comuns que ameaçam a coesão da sociedade (BLAIR e SCHROEDER, 1999, p.1).

Nesse sentido, há um forte incentivo para o envolvimento de indivíduos em organizações locais para superar problemas enfrentados pela comunidade, tais como: pobreza, geração de

¹⁷ A afirmação de Tony Blair e Schroeder tem o mesmo sentido da de Giddens: "Uma sociedade extremamente desigual está se prejudicando por não fazer o melhor uso dos talentos e capacidades de seus cidadãos" (GIDDENS, 2001, p.52).

trabalho e renda, assistência social, educação, etc. De acordo com Martins (2007, p.220), a Terceira Via buscou "legitimar a noção de voluntariado como expressão contemporânea da cidadania ativa e da solidariedade". Portanto, busca estimular o cidadão voluntário, altruísta e colaborador que, ao invés de reivindicar direitos e de esperar a intervenção do Estado, concentre-se em realizar ações em benefício de terceiros, da comunidade e do país, em buscar a resolução dos problemas sociais sem a intermediação direta do aparelho de Estado:

A pobreza continua uma preocupação central, especialmente entre famílias com crianças. Precisamos de medidas específicas para os mais ameaçados de marginalização e de exclusão social. Isto também requer uma abordagem moderna por parte do governo: O Estado não deve remar, mas pilotar: não deve ter tanto controle, mas enfrentar desafios. As soluções para os problemas devem ser obtidas com a participação (BLAIR e SCHROEDER, 1999, p.3).

Dessa perspectiva, a desigualdade social não é interpretada como produto da necessidade de produção e reprodução do capital, mas da falta de participação dos cidadãos. Além disso, os autores não deixam dúvida de que a "cidadania ativa" manifesta uma concepção de que aquilo que o indivíduo faz por si mesmo é superior ao que o Estado realiza.

A adesão a essa proposição implica necessariamente a adesão a todo o ideário político afinado com as necessidades da lógica capitalista contemporânea. Assim, por detrás do discurso que defende a liberdade e a autonomia individual, que apresenta a imagem do cidadão responsável, está a defesa da liberdade plena para o capital, a qual, muitas vezes, pode ser "impedida" pela ação do Estado. Isso significa que, para a reprodução do capital na atualidade, torna-se necessário manter a liberdade de mercado pretendida pela teoria liberal. Contudo, o que a Terceira Via almeja é apenas uma estratégia diferente para atingir esse objetivo. Nesse ponto específico, a compreensão é de que "o desenvolvimento do capital social tornaria, portanto, uma

comunidade autossuficiente, menos dependente das políticas públicas e da aparelhagem estatal" (MARTINS, 2009, p.83). Por isso, a questão da cidadania é central no projeto da Terceira Via, já que esta tem como finalidade formar o cidadão adequado a tais demandas:

O objetivo geral da política da terceira via deveria ser ajudar os cidadãos a abrir seu caminho através das mais importantes revoluções de nosso tempo: globalização, transformações na vida pessoal e nosso relacionamento com a natureza (GIDDENS, 2001a, p.74).

Com base no exposto, compreendemos que a concepção de cidadania ativa possui dois pressupostos centrais: primeiro, o da cidadania liberal clássica, ou seja, o primeiro pressuposto da formação da cidadania ativa relaciona-se à noção de liberdade e autonomia individual diante de todo e qualquer tipo de coerção e de limites impostos; o segundo é que a estratégica da cidadania ativa leva em conta a ênfase no novo individualismo, que tem em si o envolvimento do cidadão no âmbito político-social como algo decisivo para a solução dos problemas sociais da atualidade. Portanto, a cidadania, em sua "qualidade nova", não é caracterizada exclusivamente pelos direitos, pois ela implica uma maior ênfase nas responsabilidades.

Nessa conjuntura, observamos que, no encaminhamento das políticas educacionais, o tema não só vem sendo bastante enfatizado como também tem adquirido "novos significados". A cidadania ativa é vista como uma forma de amenizar o impacto da crise, levando o sujeito [e a sociedade civil] a buscar soluções para os problemas locais e cotidianos de forma individualizada.

CONCLUSÃO

A formação para a cidadania tem sua gênese em uma necessidade histórica: as relações de produção capitalista precisam disseminar valores éticos e morais e, com base nisso, conformar os sujeitos à sua lógica.

A crise de acumulação iniciada na década de 1970 e suas respectivas respostas político-econômicas, como a globalização/mundialização mais acentuada e expansionista do capital, a reestruturação produtiva e a reforma do Estado

conforme as orientações neoliberais, modificam as bases e valores sobre os quais se assenta a formação para a cidadania.

Conforme expusemos, a reconfiguração do papel do Estado segundo os preceitos da Terceira Via promove uma alteração nas relações entre Estado, sociedade civil e mercado. Ao reconhecer a necessidade de intervenção social para regular e coordenar o processo de desenvolvimento econômico e social e para supostamente dirimir as mazelas próprias do capitalismo, o novo programa político transfere para a sociedade civil a tarefa de fornecer serviços, especialmente no âmbito social, fora da esfera estatal. Assim, à medida que as relações econômicas capitalistas exigem uma menor atuação estatal no que se refere às expressões da questão social (pobreza, violência, desemprego, etc.), o Estado assume a função educadora da sociedade civil (LIMA e MARTINS, 2005), buscando construir uma nova cultura cívica, pautada no senso de responsabilidade e de dever do cidadão para com a solução dos problemas inerentes ao próprio sistema.

Com base na perspectiva neoliberal da Terceira Via – fundamentada nos ideais de um “novo Estado democrático”, de sociedade civil ativa, de flexibilidade, de novo individualismo, dentre outros, atribui-se à educação, particularmente à escola, a função de construir uma nova cultura cívica. Baseada na *cidadania ativa*, essa é uma das estratégias da construção de um novo tipo de consenso sobre os padrões de comportamento adequados à nova forma de sociabilidade necessária à reprodução capitalista.

É nessa conjuntura que a formação para a cidadania adquire nova qualidade, sendo redefinida como ativa. A cidadania de “qualidade nova”, acoplada ao fortalecimento da sociedade civil, passa a ser vista como uma forma de diminuir os efeitos da crise capitalista. A partir de um novo comportamento ético, a sociedade civil em geral e os indivíduos em particular são induzidos a buscar soluções para os problemas locais e cotidianos, sem demandar ações por parte do Estado, bem como a encontrar, por meio do diálogo, caminhos para a convivência pacífica entre os diferentes grupos e para amenizar os confrontos e conflitos sociais. Ou seja, busca-se, por meio do engajamento

cívico, que o confronto vá cedendo lugar à colaboração.

Cabe mencionar que as organizações internacionais, como a UNESCO e o Banco Mundial, tiveram uma atuação decisiva na difusão do novo projeto. Essas agências passaram a atuar na formulação de consensos globais sobre o papel da educação no século XXI e também sobre o tipo de sujeito a ser formado, tendo em vista as novas exigências do capital monopolista. Por meio da análise dos documentos internacionais e nacionais, pudemos identificar que os princípios que orientam a política educacional brasileira, com vistas à formação para o exercício da cidadania ativa, estão em confluência com as orientações dessas organizações.

Analisando os atuais encaminhamentos da política educacional, observamos que vêm ocorrendo mudanças significativas naquilo que se entende por formação para a cidadania. No entanto, embora assuma uma nova roupagem por meio de um discurso renovado ou ressignificado, a nova proposta mantém em seu cerne o mesmo objetivo moralizante e conformista com a lógica capitalista. Podemos afirmar que a formação para a cidadania ativa, em um contexto de crise e de aprofundamento das contradições e dos conflitos sociais, constitui parte das estratégias empreendidas para a produção de uma nova forma de consciência e um *novo conformismo social*, expressão empregada por Gramsci (1981). Tais estratégias têm por objetivo final a reprodução das relações sociais.

Ressaltamos que a reestruturação produtiva levou ao aumento do desemprego, à perda dos direitos sociais, à maior exploração de mais-valia (absoluta e relativa) e ao apassivamento dos movimentos sindicais, além de apelar para uma maior responsabilização ética dos indivíduos como importante estratégia para minimizar os efeitos da superexploração e da exclusão social. Nesse contexto, a proposta da cidadania ativa leva os indivíduos não apenas a se considerar responsáveis pela solução dos problemas, mas também a acreditar que a situação de pobreza e de exclusão social decorre de sua incapacidade de encontrar soluções adequadas para seu enfrentamento.

A nova proposta de educação para a cidadania ativa, pautada em valores como solidariedade, autonomia, participação, responsabilização social, etc., favorece o entendimento de que essa formação é decisiva

para a solução de problemas históricos relacionados ao trato da “questão social”, a exemplo da pobreza, desconsiderando sua inerência ao movimento do capital, cujo processo de acumulação, por um lado, concentra riquezas e, por outro, produz miséria, violência e exclusão. Desse modo, faz parte desse processo encobrir as desigualdades sociais e produzir estratégias para administrar os conflitos delas decorrentes.

A análise da proposta nos leva a concluir que, ao desconsiderar que é o modo como são produzidos os meios de subsistência que determina a existência e a natureza das classes sociais e suas contradições, a Terceira Via sugere que as alternativas sejam construídas no limite das individualidades com base na própria lógica social do capital. Esta é considerada como a única forma possível e aperfeiçoável, com capacidade “[...] de inovar, adaptar e gerir uma produtividade crescente” (GIDDENS, 2001, p.14). O posicionamento do autor revela assim que, como o capital não pode resolver a contradição central que permeia sua própria existência, ou seja, a produção social e a apropriação privada, sua tendência histórica é promover mudanças políticas que não alteram a essência das relações sociais capitalistas. Portanto, o novo programa político altera somente a forma como se estabelece o poder de classe, em razão da necessidade imprescindível de estruturá-lo de maneira mais compatível com o capitalismo em sua fase atual.

Por fim, cabe destacar que a proposta de formação para a cidadania ativa, presente nos encaminhamentos da atual política educacional, busca eliminar as resistências sociais por meio da formação de um cidadão que concentre sua atuação na prática voluntária, apassivada e não reivindicativa de direitos, que não conteste as relações de exploração e de exclusão social às quais está submetido.

REFERÊNCIAS

- BALEIRO, Maria Clarice. Liberdade não é ideologia, é competência. In: FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Diretoria de Projetos Especiais. **Escola da Família**. Organização de Adriano Costa [et al.]. São Paulo: FDE, 2004. 280 p. (Série Ideias; nº 32). p.121-136. Disponível em: <http://escoladafamilia.fde.sp.gov.br/v2/Arquivos/Ideias32.pdf>. Acesso em: 13 de jul., 2014.
- BARBOSA, Paulo Alexandre Pereira. A escola da cidadania. In: FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Diretoria de Projetos Especiais. **Escola da Família**. Organização de Adriano Costa [et al.]. São Paulo: FDE, 2004. 280 p. (Série Ideias; nº 32), p. 25-38. Disponível em: <http://escoladafamilia.fde.sp.gov.br/v2/Arquivos/Ideias32.pdf>. Acesso em: 13 de jul., 2014.
- BLAIR, Tony; SCHROEDER, Gerhard. **Europa: A Terceira Via/O novo centro**. 11 de junho de 1999. Declaração conjunta.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.126p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 20 de Ago. 2012.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Resolução CEB nº 2**, de 7 de Abril de 1998. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb02_98.pdf. Acesso em 13 de Ago. 2012
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Módulo Fundeb**: Brasília: MEC, FNDE, 2009. 166 p., (Formação pela Escola).
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **A crise da América Latina**: consenso de Washington ou crise fiscal? Pesquisa, Planejamento e Economia, Rio de Janeiro, v. 21, nº1, p. 3-24, abr. 1991.
- CARVALHO, E. J. G. Educação e Diversidade Cultural. In: CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de; FAUSTINO, Rosângela Céla. (Org.). **Educação e Diversidade Cultural**. 2ªed., Maringá: EDUEM, 2012, p. 17-56.
- CASTELO, Rodrigo. **O Social-liberalismo**: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. 1ed. São Paulo: Expressão popular, 2013.
- CUÉLLAR, Javier Pérez (Org.). **Nossa diversidade criadora**. Campinas, SP: Papirus; Brasília, DF: UNESCO, 1997.
- DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. 10ª ed., São Paulo, Cortez, Brasília, MEC: UNESCO, 2006.
- FALLEIROS, Ialê. Parâmetros Curriculares Nacionais para a educação básica e a construção de uma nova cidadania. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia**: Estratégias da burguesia brasileira para educar o consenso na atualidade. São Paulo: Xamã, 2005, p. 209-235.
- GARCIA, Jeferson Diogo de Andrade. **Política educacional a partir dos anos 1990**: uma análise dos fundamentos e a

função social da formação para a cidadania ativa. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015, 224f.

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo: UNESP, 1996.

GIDDENS, Anthony. **A Terceira Via**: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da socialdemocracia. Rio de Janeiro: Record, 2001a.

GIDDENS, Anthony. **A Terceira Via e seus críticos**. Rio de Janeiro: Record, 2001b.

GIDDENS, Anthony. **Em defesa da sociologia**: ensaios, interpretações e réplicas. São Paulo: Editora UNESP, 2001c.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história**. 4ªed. Civilização Brasileira, 1981.

GARRISON, John W. **Do confronto à colaboração**: Relação entre a Sociedade Civil, o Governo e o Banco Mundial no Brasil. Brasília: Banco Mundial, 2000.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. 2ª ed., São Paulo, Edições Loyola, 2008.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 9ª ed., São Paulo, Edições Loyola, 2000.

KLIKSBERG, Bernardo. **Por uma economia com face mais humana**. Brasília: UNESCO, 2003.

LIMA, Kátia Regina se Souza; MARTINS, André Silva. Pressupostos, Princípios e Estratégias. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia**: Estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo, Xamã, 2005, p. 43-67.

MARTINS, André Silva. **Burguesia e a nova sociabilidade**: estratégias para educar o consenso no Brasil contemporâneo. Niterói- RJ. Tese (Doutorado em Educação), 2007. 284 páginas.

MARTINS, André Silva. O neoliberalismo da Terceira Via: uma proposta para educar a sociabilidade. In: MARTINS, André Silva. **A direita para o social**: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009. p. 59-110.

MARTINS, André Silva; OLIVEIRA, Daniela Motta; NEVES, Lúcia Maria Wanderley; MELO, Marcelo Paula; SANTOS, Marco Antonio Carvalho. Fundamentos teóricos da formação/atuação dos intelectuais da nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **Direita para o social e esquerda para o capital**: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. São Paulo: Xamã, 2010, p. 97-153.

MOTTA, Vania Cardoso da. **Ideologia do capital social**: atribuindo uma face mais humana ao capital. 1ª ed., Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. O professor como intelectual estratégico na disseminação da nova pedagogia da hegemonia. In: **Anais** da 36ª. Reunião Anual da ANPED, 2013, Goiânia-GO. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2013. Disponível em: http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_encomendados/gt05_trabencomendado_lucianeves.pdf. Acesso em: 20 de jun. de 2014.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; SANT'ANNA, Ronaldo. Introdução: Gramsci, o estado Educador e a nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia**: Estratégias da burguesia brasileira para educar o consenso na atualidade. São Paulo: Xamã, 2005, p. 28-39.

SESI/UNESCO. **Declaração de Hamburgo**: agenda para o futuro. 1999. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001297/129773porb.pdf>. Acesso em: 05 de jun. de 2013.

TONET, Ivo. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana**. 2ª ed., Maceio, EDUFAL, 2013.

UNESCO. **Declaração e Plano de Ação Integrado sobre a Educação para a Paz, os Direitos Humanos e a Democracia**. Genebra, Suíça, 1995 Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001128/112874por.pdf>. Acesso em: 16 de jun. de 2015.

UNESCO. **Educação para Todos**: o Compromisso de Dakar. Brasília, UNESCO/CONSED, Ação Educativa, 2001.